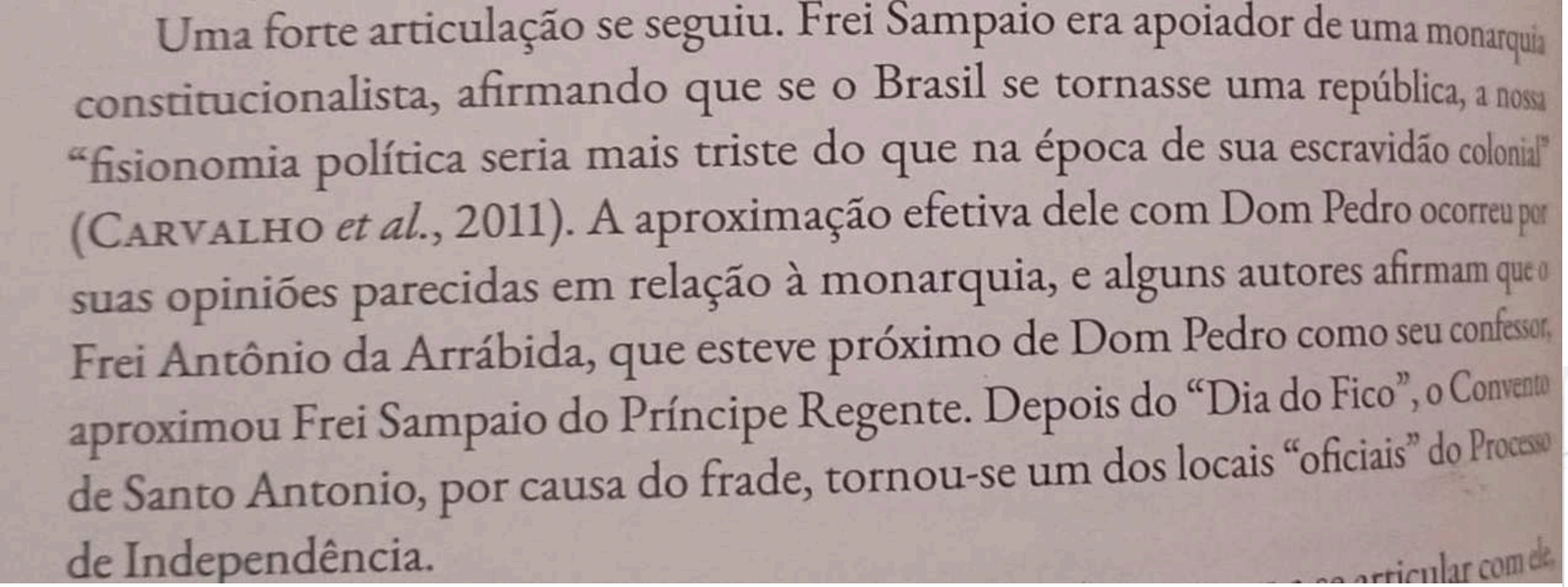


Uma forte articulação se seguiu. Frei Sampaio era apoiador de uma monarquia constitucionalista, afirmando que se o Brasil se tornasse uma república, a nossa "fisionomia política seria mais triste do que na época de sua escravidão colonial" (Carvalho *et al.*, 2011). A aproximação efetiva dele com Dom Pedro ocorreu por suas opiniões parecidas em relação à monarquia, e alguns autores afirmam que o Frei Antônio da Arrábida, que esteve próximo de Dom Pedro como seu confessor, aproximou Frei Sampaio do Príncipe Regente. Depois do "Dia do Fico", o Convento de Santo Antonio, por causa do frade, tornou-se um dos locais "oficiais" do Processo de Independência.

P. 156

https://www.facebook.com/BrazilImperiu/posts/pfbid0pjnVpEg3Mb49cmb5Zf2toBVRCPSEFYobUvn4w4G1ooDnNond8uJP4rQq7rThVyJnl

Post de Brazil Imperial

o dia ficou conhecido como o "Dia do Fico", em que o Dom Pedro decidiu ficar em território brasileiro e contrariar a corte portuguesa. A partir desse acontecimento, Frei Sampaio continuou levando a frente sua crença em uma causa independente e ministrou diversos sermões e pregações, que tinham o intuito de propagar sua ideias, antes e depois da independência acontecer.

Frei Sampaio se colocava como apoiador da monarquia constitucionalista, afirmando que se o país se tornasse uma república, a nossa "fisionomia política seria mais triste do que na época de sua escravidão colonial".

A aproximação efetiva dele com Dom Pedro ocorreu por suas opiniões parecidas em relação à monarquia, e alguns autores afirmam que o Frei Antônio da Arrábida, que esteve próximo de Dom Pedro como seu confessor, aproximou Frei Sampaio do Príncipe Regente. A partir disso, sua cela no Convento de Santo Antônio teve seu desenvolvimento como espaço de articulação política e trouxe uma nova atuação de Frei Sampaio no cenário político, mais categórica, redigindo os periódicos e fazendo parte de uma sociedade política que vivia na época

Como consequência do Fico, em 11 de janeiro, 2 mil homens da principal guarnição militar portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "Divisão Auxiliadora", ocuparam o Morro do Castelo, a divisão havia acabado de voltar da

luta na Cisplatina. O comandante, Tenente-General Jorge de Avilez de Souza Tavares, queria forçar o desobediente (em seu ponto de vista) príncipe Dom Pedro a retornar para Portugal. Segundo Lima (2019, p. 172):

> A facilidade com que no campo de Sant'Anna se congregou tão avultado numero de milicianos no curto espaço de uma noite, faz crer que o golpe contrario estava previsto e a reacção preparada, não sendo desarrazoado pensar que a Divisão Auxiliadora esteve com effeito ameaçada de ser desarmada quando existissem para tanto os elementos precisos – do que entretanto Jorge de Avilez não faz claramente menção antes dos successos de 9, 11 e 12 de Janeiro no seu relatório às Côrtes.

Na mobilização do povo contra as tropas de Avilez, destacou-se o Clube de Resistência, recém-criado no Rio de Janeiro. Jorge de Avilez logo percebeu que suas ações eram desaprovadas pela maioria dos residentes da cidade, e finalmente zarpou para Portugal em 15 de fevereiro. Logo após a partida de Avilez, reforços sob o comando do General Francisco Maximiliano de Souza também foram pressionados a retornar para a Europa, deixando uma importante contribuição para a nascente Marinha do Brasil: a fragata *Real Carolina*, com 44 canhões.

Enquanto isso, em Portugal, segundo Lima (2019, p. 128):

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Independ%C3%AAncia_do_Brasil#:~:text=Como%20consequ%C3%AAncia%2C%20em,%5D%5B14

Dia do Fico

e ferido, retornou à Europa.

Fevereiro de 1822: Pedro (à direita) ordena ao oficial português Jorge de Avilez de Souza Tavares (à esquerda) que retorne a Portugal após sua rebelião fracassada.

Ver artigo principal: Dia do Fico

Em 9 de janeiro de 1822 foi levado ao príncipe regente um abaixo-assinado com 8 000 assinaturas de aristocratas e representantes do comércio. O documento pedia sua permanência no Brasil e lhe oferecia a possibilidade de reinar sobre um império na América. Assim, Pedro proclamou o *Fico* ("*Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que eu fico*"). Como consequência, em 11 de janeiro, 2 mil homens da principal guarnição militar portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "*Divisão Auxiliadora*", ocuparam o Morro do Castelo, elevação que antigamente dominava o Centro e a zona portuária da cidade. A divisão havia acabado de voltar da luta na Cisplatina. O comandante, tenente-general Jorge de Avilez de Souza Tavares, queria forçar o insolente e desobediente (em seu ponto de vista) príncipe Pedro a retornar para Portugal. Na mobilização do povo contra as tropas de Avilez, destacou-se o Clube de Resistência, recém-criado no Rio de Janeiro. Jorge de Avilez logo percebeu que suas ações eram desaprovadas pela maioria dos residentes da cidade, e finalmente zarpou para Portugal em 15 de fevereiro. Logo após a partida de Avilez, reforços sob o comando do general Francisco Maximiliano de Souza também foram pressionados a retornar para a Europa, deixando uma importante contribuição para a nascente Marinha do Brasil: a fragata *Real Carolina*, com 44 canhões.[13][14][23]

O Brainly é uma **plataforma global de perguntas e respostas que conecta estudantes e curiosos para que possam compartilhar conhecimento e se ajudar mutuamente a resolver dúvidas, especialmente em atividades escolares e acadêmicas**. Usuários fazem perguntas, recebem e dão respostas, e interagem para complementar informações, tudo num ambiente colaborativo com um sistema de pontos e gamificação que recompensa os membros mais ativos.

https://brainly.com.br/tarefa/28929082?source=offer-page-top-continue&cb=1758674281071#:~:text=Resposta%3A,pela_política_joanina

Resposta:

a)O Partido Brasileiro, conhecido desta forma apesar de não ter sido um partido político formal no sentido moderno do termo, reunia a alta burguesia urbana, os comerciantes e grandes proprietários de terras e escravos (latifundiários), que defendiam os benefícios de que gozavam desde a vinda de D. João VI ao Brasil, em 1808. Sem defender inicialmente a separação de Portugal, este grupo defendia pautas liberais clássicas, as conquistas econômicas e não acatava as ordens vindas das Cortes. Foi o Partido Brasileiro que conseguiu convencer o Príncipe regente Pedro I a permanecer no Brasil quando as Cortes exigiram seu retorno a Portugal no episódio do Dia do Fico (9 de janeiro de 1822). Dom Pedro I era, de fato, o líder dessa facção política.

b)Os membros do Partido Português, durante a Regência de D. Pedro, eram favoráveis à recolonização do Brasil, já que, no geral, beneficiavam-se com a condição de colônia do país. Depois da independência, durante a Assembleia Constituinte de 1823, passaram a defender um governo centralizado e forte(principalmente no Senado), capaz de derrotar as tendências separatistas que se verificavam no Império. Vale ressaltar que, apesar de ser chamado de "Partido" e estar incluso na categoria "Partidos políticos do Brasil", o Partido Português não era efetivamente um partido político formalmente constituído no sentido moderno do termo, mas sim uma corrente de opinião. Seu sucessor ideológico foi o Partido Restaurador, conhecido depreciativamente como "os caramurus".

c)Os liberais radicais era um grupo formado por jornalistas, médicos, advogados, pequenos comerciantes, padres, população urbana e aristocratas nordestinos não beneficiados pela política joanina.

CAPÍTULO 20

JORNADA DA INDEPENDÊNCIA E O GRITO

DURANTE a regência de Dom Pedro I, formaram-se três "partidos": O Brasileiro, o Português e o Liberal-Radical. O primeiro era formado pela alta burguesia urbana, os comerciantes e grandes proprietários de terras e escravos, que defendiam os benefícios de que gozavam desde a vinda de Dom João VI ao Brasil, em 1808. Não defendiam, inicialmente, a separação de Portugal, defendiam pautas liberais clássicas, as conquistas econômicas e não queriam acatar as ordens vindas das Cortes. Foi o Partido Brasileiro que conseguiu convencer o Príncipe regente Pedro I a permanecer no Brasil quando as Cortes exigiram seu retorno a Portugal no episódio do Dia do Fico (9 de janeiro de 1822). Dom Pedro I era, de fato, o líder dessa facção política.

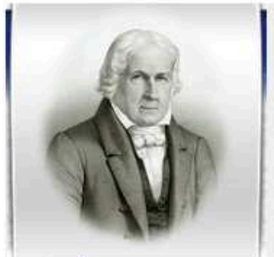
O segundo era formado por pessoas favoráveis à recolonização do Brasil, já que, no geral, beneficiavam-se com a condição de colônia do país. Depois da independência, durante a Assembleia Constituinte de 1823, passaram a defender um governo centralizado e forte.

O terceiro grupo, os liberais radicais, era um grupo formado por jornalistas, médicos, advogados, pequenos comerciantes, padres, população urbana e aristocratas nordestinos não beneficiados pela política joanina. Desejava a independência, reformas sociais e a estruturação de uma república.

Minas Gerais tinha 600.000 habitantes e era poderosa do ponto de vista econômico e político. Era importante buscar apoio nesta província, por isso Dom Pedro

De um lado, pró Dom Pedro, estavam os Andradas, José Bonifácio, seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada e seus aliados; de outro lado, pró cortes portuguesas, estavam Bernardo Francisco Inácio de Sousa Queirós e João Carlos Augusto de Oeynhausen, presidente da junta de governo paulista. O estopim da revolta foi a convocação de Oeynhausen e Francisco Inácio para comparecerem perante Dom Pedro, no Rio de Janeiro. Nessa circunstância, Martim Francisco assumiria a presidência da Junta. Francisco Inácio e seus aliados impedem a saída de Oeynhausen. Martim Francisco, em consequência da "Bernarda", é demitido do cargo de secretário da Fazenda da província e segue para o Rio de Janeiro.

https://www.obrabonifacio.com.br/az/verbete/92/#:~:text=O%20estopim%20da%20revolta%20%C3%A9,impedem%20a%20sa%C3%ADda%20de%20Oeynhausen



Bernarda de Francisco Inácio

O termo "bernarda" designa um movimento político promovido pelas armas. A Bernarda de Francisco Inácio acontece em São Paulo, em maio de 1822, e decorre do conflito entre duas grandes forças políticas locais, postas a conviver e a dividir o poder no governo provisório da província de São Paulo. De um lado, os Andradas – especificamente, José Bonifácio e Martim Francisco Ribeiro de Andrada – e seus aliados; de outro, Francisco Inácio de Sousa Queirós e João Carlos Augusto de Oeynhausen, presidente da junta de governo paulista. O estopim da revolta é a convocação de Oeynhausen e Francisco Inácio para comparecerem perante o d. Pedro, no Rio de Janeiro. Nesta circunstância, Martim Francisco assumiria a presidência da Junta. Francisco Inácio e seus aliados impedem a saída de Oeynhausen. Martim Francisco, em conseqüência da bernarda, é demitido do cargo de secretário da Fazenda da província e segue para o Rio de Janeiro.

21.2 Portugal

Em Portugal, porém, a constituição jurada por Dom João VI vigorou por apenas alguns meses. O liberalismo imposto a Portugal não agradava a todos e surgiu, em fevereiro de 1823, um movimento absolutista em Trás-os-Montes. O conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, proclamou a volta da monarquia absoluta, mas novos tumultos se sucederam. Em maio, o infante Dom Miguel, instigado por sua mãe Dona Carlota, liderou outra revolta, conhecida como a Vilafrancada, tentando restaurar o absolutismo. Dom João VI decidiu apoiar o filho, mantendo-se vivo no jogo político (Dona Carlota e seus aliados foram contra e queriam sua deposição).

A seguir, o monarca se dirigiu pessoalmente a Vila Franca para melhor administrar a crise, e seu retorno para Lisboa foi um verdadeiro triunfo. A situação política se mostrava incerta e, com isso, mesmo os mais firmes defensores do liberalismo recearam se comprometer. As Cortes, antes de serem dissolvidas, protestaram contra qualquer mudança no texto constitucional recém-aprovado, mas o regime absoluto foi restaurado. Os direitos da rainha foram restabelecidos e o rei foi aclamado pela segunda vez em 5 de junho de 1823 (a primeira havia sido no Brasil). Dom João, além disso, reprimiu manifestações contrárias, deportou alguns liberais, prendeu outros, ordenou a recomposição de magistraturas e instituições mais de acordo com a nova orientação política e criou uma comissão para elaborar estudos para uma nova constituição.

A constituição liberal jurada pelo rei vigoraria apenas durante alguns meses. O liberalismo não agradava a todos e ergueu-se um movimento absolutista. Em 23 de fevereiro de 1823, em Trás-os-Montes, o conde de Amarante proclamou a monarquia absoluta, mas novas agitações se seguiram. Em 27 de maio o infante D. Miguel, instigado por sua mãe Dona Carlota, liderou outra revolta, conhecida como a Vilafrancada, tentando restaurar o absolutismo. Mudando o jogo, o rei apoiou o filho a fim de evitar sua própria deposição — desejada pelo partido da rainha — e apareceu em público no dia de seu aniversário ao lado do infante, que vestia um uniforme da Guarda Nacional, um corpo militar que embora desorganizado tendia para o liberalismo, recebendo os aplausos da milícia. A seguir o monarca se dirigiu pessoalmente a Vila Franca para melhor administrar a crise, e seu retorno para Lisboa foi um verdadeiro triunfo. A situação política se mostrava incerta, e com isso mesmo os mais firmes defensores do liberalismo recearam se comprometer em demasia. As Cortes, antes de serem dissolvidas, protestaram contra qualquer mudança que se operasse no texto constitucional recém aprovado, mas o regime absoluto foi restaurado,[10][78] os direitos da rainha, restabelecidos, e o rei, aclamado pela segunda vez em 5 de junho de 1823. D. João, além disso, reprimiu manifestações em contrário, deportou alguns liberais, prendeu outros, ordenou a recomposição de magistraturas e instituições mais de acordo com a nova orientação política e criou uma comissão para elaborar estudos para uma nova constituição.[78][79]

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_VI_de_Portugal#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20liberal,%5B79%5D

democracia descarnada" (FRANCHINI, 2019, p. 581).

Em Portugal, a aliança entre Dom João VI e Dom Miguel não frutificou, pois havia sempre as articulações de Dona Carlota insistindo na deposição do esposo. Aconteceu, então, a Abrilada, que foi uma revolta em 1824, na qual se levantou a guarnição militar de Lisboa sob liderança de Dom Miguel. Dom João VI acabou sendo preso, o infante tentava com isso forçar a abdicação do pai.

Dom João, porém, apoiado pela armada britânica e a bordo da nau Windsor Castle, conseguiu dominar a situação, chamou o filho, repreendeu-o, destituiu-o do comando do exército, ordenou a libertação dos presos que Dom Miguel fizera e mandou-o para o exílio. Como se não bastasse, Dona Carlota insistiu em outra manobra, mas foi descoberta e, por fim, enviada para prisão domiciliar em Queluz. Dom João VI, após passar mal, morreu em 10 de março de 1826. A causa mais provável foi envenenamento, já que foi detectado arsênico em quantidade suficiente para tê-lo matado. Dona Carlota, por sua vez, faleceu em 1830, triste, esquecida e amargurada.

A aliança do rei com D. Miguel não frutificou, já que, sempre influenciado pela mãe, o infante em 29 de abril de 1824 levantou a guarnição militar de Lisboa e colocou o pai sob custódia no Paço da Bemposta, na chamada Abrilada, a pretexto de esmagar os maçons e defender o rei das ameaças de morte que aqueles supostamente teriam-lhe feito, prendendo na ocasião diversos inimigos políticos. Tentava o infante, na verdade, forçar a abdicação do pai. Alertado da situação, o corpo diplomático penetrou no palácio e, diante de tantas autoridades, os custódios do rei não resistiram, moderando-se. Em 9 de maio, por conselho de embaixadores amigos, D. João simulou um passeio a Caxias, mas de fato foi buscar refúgio junto à armada britânica ancorada no porto. A bordo da nau *Windsor Castle* chamou o filho, repreendeu-o, destituiu-o do comando do exército e ordenou-lhe a libertação dos presos que fizera. D. Miguel foi exilado. Vencida a rebelião, o povo foi às ruas comemorando a permanência do governo legítimo, onde se uniram absolutistas e liberais.[10][80] No dia 14 o rei voltou à Bemposta, reconstituindo o ministério e mostrando generosidade para com os outros rebeldes. Porém, não cessava a rainha de conspirar. A polícia descobriu que outra rebelião deveria estourar em 26 de outubro, diante do que a D. João não restou senão mostrar-se enérgico, mandando a esposa para prisão domiciliar em Queluz.[10]

Anos finais

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_VI_de_Portugal#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20liberal,%5B79%5D

21.3 Bahia

A guerra na Bahia também é conhecida como "Independência da Bahia[1]". A Revolução do Porto (1820) teve enorme repercussão na Bahia, onde era grande o número de portugueses. Como desdobramento, em fevereiro de 1821 uma conspiração de cunho constitucionalista eclodiu em Salvador. Dela participaram Cipriano Barata, José Pedro de Alcântara, o capitão João Ribeiro Neves e outros.

A Revolução liberal do Porto (1820) teve enorme repercussão na Bahia, onde era grande o número de portugueses. Como desdobramento, em fevereiro de 1821 uma conspiração de cunho constitucionalista eclodiu em Salvador. Dela participaram Cipriano Barata, José Pedro de Alcântara, o capitão João Ribeiro Neves e outros. Detido o Comandante das Armas e soltos os soldados presos, foi lida uma proclamação que exortava:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%AAncia_da_Bahia#:~:text=A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20liberal%20do%20Porto

CAPÍTULO 23

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário de caráter separatista e republicano, que se iniciou no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco e depois estendeu-se para outras regiões, terminando em 29 de novembro do mesmo ano. O movimento não deixa de ser um desdobramento da Revolução Pernambucana de 1817 e deve ser visto dentro do conceito das lutas de independência, pois ainda se lutava em outros locais.

Essa revolta foi uma reação contra a tendência centralizadora do governo de Dom Pedro I. Uma outra causa seria porque o imperador, mesmo após a Independência do Brasil, estava ainda ligado aos interesses da Coroa Portuguesa, e talvez estivesse simpático à ideia, sugerida por Dom João VI, de recriar o Reino Unido. Tal ideia, porém, foi vista por muitos políticos pernambucanos como uma tentativa de recolonização.

> É indivisível o desprazer universal que causou nesta província do Ceará a notícia injusta da dissolução da Constituinte e Legislativa da nação brasileira no fatal dia doze de novembro do ano passado no Rio de Janeiro... O povo é demasiadamente zeloso de seus direitos e de sua liberdade, e é por isso que muito nos tem custado cautela nas suas obrigações até porque já não conhecemos os limites da sua desesperação, não obstante a sua natural docilidade do gênio americano. Nós porém venceremos os seus ressentimentos com a prudência que requer a sua natureza das coisas, aliás de toda a monta (Carta do Ceará dirigida à província pernambucana, sem data e sem assinatura, *apud* Ribeiro, 2006, p. 10).

Confederação do Equador foi um movimento revolucionário de caráter republicano e constitucionalista[1] que eclodiu no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco, alastrando-se para outras províncias que compõem o atual nordeste do Brasil.[2][3]

Representou a principal reação contra a tendência monarquista e a política centralizadora do governo de Pedro I (1822-1831), esboçada na carta outorgada de 1824, a primeira constituição do país. O imperador, mesmo após a Independência do Brasil, permanecia atrelado aos interesses de Portugal, e mostrava-se simpático a uma proposta, feita pelo seu pai João VI, de recriar o Reino Unido com base em fórmula que concederia ao Brasil uma ampla autonomia, porque assim preservaria seus direitos ao trono português. A fórmula, contudo, era vista por muitos pernambucanos como uma tentativa de recolonização.[3] O movimento é considerado um desdobramento da Revolução Pernambucana de 1817.[3]

Confederação do Equador

Bandeira Confederada

Data	2 de julho a 29 de novembro de 1824
Localização	Províncias de Pernambuco, Ceará, Piauí e Paraíba
Participantes	Frei Caneca Manoel de Carvalho João Guilherme Ratcliff João Metrowich José de Barros Falcão de Lacerda Padre Mororó James Heide Rodgers Agostinho Cavalcanti Nicolau Martins Pereira Joaquim da Silva Loureiro Antônio do Monte Francisco Antônio Fragoso Padre Caldas João de Araújo Chaves Entre outros

Os dois principais líderes liberais na província, Manoel de Carvalho e Frei Caneca, não aceitaram a dissolução da assembleia constituinte e consideravam os Bonifácios como culpados pelo ato. Nos documentos deste movimento não havia menção à palavra república (GOMES, 2020a, p. 229).

Frei Caneca imprimiu um aspecto doutrinário e panfletário em seus escritos, ao mesmo tempo em que operacionalizava com desenvoltura as ideias de homens como Montesquieu, Rousseau e Raynal (RIBEIRO, 2006, p. 1), ou seja, ele era adepto das teses iluministas.

O ciclo revolucionário de Pernambuco foi baseado na sub-região algodoeira e no núcleo urbano e comercial do Recife (Evandro Cabral de Mello *apud* GOMES, 2020a, p. 226). A classe dirigente de Pernambuco era composta de senhores de engenho, compunha o que era chamado de "açucarocracia" (nome dado por Evaldo Cabral Mello) e tinham seus interesses ligados a Portugal. No entanto, surgiu uma nova classe endinheirada formada por produtores e comerciantes de algodão, que eram mais ligados à Inglaterra que a Portugal (GOMES, 2020a, p. 225).

Dom Pedro teve de pedir empréstimo à Inglaterra para contratar mercenários no exterior. Thomas Cochrane, mais uma vez, foi contratado e as tropas seguiram para o Recife. Não resistindo ao enfraquecimento interno do movimento e à dura reação imperial, a Confederação do Equador teve seu fim. Vários rebeldes foram condenados por um Tribunal Militar à forca. Frei Caneca foi fuzilado (arcabuzamento), uma vez que os carrascos haviam se recusado a enforcá-lo pelo fato de ser frade. Em retaliação por causa da revolta, o imperador desligou de Pernambuco a comarca do Rio de São Francisco (atual Oeste Baiano).

> O contraponto do algodão e do açúcar explica ali mais acentuadamente que em nenhuma outra região brasileira, que se aprofundou ali o conflito entre a nova e a velha estrutura comercial - a do algodão, ligada desde a transmigração da Coroa para o Rio e a abertura dos portos ao mercado britânico, e a do açúcar da cana, jungida ao entreposto lusitano.

Ambos os itens encontram-se figurados na bandeira da Confederação, onde se vê um ramo de algodão, à direita, lado a lado com uma cana-de-açúcar.

A Confederação do Equador

Possível mapa da Confederação do Equador. Em tese, o novo Estado republicano seria formado, além de **Pernambuco**, pelas províncias do **Piauí**, **Ceará**, **Rio Grande do Norte**, **Paraíba**, **Sergipe** e **Alagoas**.

A dissolução da Assembleia Constituinte por Pedro I em fins de 1823 não foi bem recebida em Pernambuco. Os dois maiores líderes liberais na província, Manoel de Carvalho e Frei Caneca, apoiaram-na e consideravam os Bonifácios como culpados pelo ato.[5] Ambos, assim como diversos correligionários, eram republicanos que participaram na revolta de 1817 e haviam sido perdoados.[6] Aceitaram a monarquia por acreditarem que ao menos teriam autonomia provincial. A promulgação da Constituição em 1824, com o seu regime altamente centralizado, frustrou os seus desejos.[7][8] Pernambuco estava dividida entre duas facções políticas, uma monarquista, liderada por Francisco Pais Barreto e outra liberal e republicana, liderada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade.[7] A província era governada por Pais Barreto, que havia sido nomeado Presidente por Pedro I, de acordo com a lei promulgada pela Assem[illegible] em 20 de outubro de 1823 (e

Os dois principais líderes liberais na província, Manoel de Carvalho e Frei Caneca, não aceitaram a dissolução da assembleia constituinte e consideravam os Bonifácios como culpados pelo ato. Nos documentos deste movimento não havia menção à palavra república (GOMES, 2020a, p. 229).

Frei Caneca imprimiu um aspecto doutrinário e panfletário em seus escritos, ao mesmo tempo em que operacionalizava com desenvoltura as ideias de homens como Montesquieu, Rousseau e Raynal (RIBEIRO, 2006, p. 1), ou seja, ele era adepto das teses iluministas.

O ciclo revolucionário de Pernambuco foi baseado na sub-região algodoeira e no núcleo urbano e comercial do Recife (Evandro Cabral de Mello *apud* GOMES, 2020a, p. 226). A classe dirigente de Pernambuco era composta de senhores de engenho, compunha o que era chamado de "açucarocracia" (nome dado por Evaldo Cabral Mello) e tinham seus interesses ligados a Portugal. No entanto, surgiu uma nova classe endinheirada formada por produtores e comerciantes de algodão, que eram mais ligados à Inglaterra que a Portugal (GOMES, 2020a, p. 225).

Dom Pedro teve de pedir empréstimo à Inglaterra para contratar mercenários no exterior. Thomas Cochrane, mais uma vez, foi contratado e as tropas seguiram para o Recife. Não resistindo ao enfraquecimento interno do movimento e à dura reação imperial, a Confederação do Equador teve seu fim. Vários rebeldes foram condenados por um Tribunal Militar à forca. Frei Caneca foi fuzilado (arcabuzamento), uma vez que os carrascos haviam se recusado a enforcá-lo pelo fato de ser frade. Em retaliação por causa da revolta, o imperador desligou de Pernambuco a comarca do Rio de São Francisco (atual Oeste Baiano).

Thomas Cochrane

Pedro I pediu empréstimos ao Reino Unido para contratar mercenários no exterior. As tropas seguiram para o Recife sob o comando de Thomas Cochrane. Não resistindo ao enfraquecimento interno do movimento e à dura reação imperial, a Confederação do Equador teve seu fim.[3]

Dom Pedro I reagiu duramente ao movimento, e impôs pesadas sanções contra Pernambuco como o desligamento da extensa Comarca do Rio de São Francisco do seu território

Redução do território pernambucano

Em retaliação pela Confederação do Equador, Pedro I desligou do território pernambucano a Comarca do Rio de São Francisco (atual Oeste Baiano), através de decreto de 7 de julho de 1824.[32] Esta foi a última porção de terra desmembrada de Pernambuco — que tinha perdido sete anos antes a Comarca das Alagoas, em consequência da Revolução Pernambucana —, impondo à província uma grande redução da extensão territorial, de 250 mil km² para 98 mil km². Após três anos sob administração mineira, a região foi anexada à Bahia em 1827.[3]

No Brasil, Pernambuco é o único caso de divisão territorial como punição pela rebeldia.[33]

Frei Caneca

Vários rebeldes foram condenados por um tribunal militar à forca. Um fato interessante que passou para a história (embora seja discutível) foi a recusa dos carrascos em executar o Frei Caneca, mentor intelectual da revolta e uma das figuras mais carismáticas do Recife à época, que se escondeu por alguns dias no município de Abreu e Lima a época "Vila de Maricota" antes de fugir para o Ceará. O religioso acabou sendo arcabuzado (um tipo de execução semelhante ao fuzilamento, porém realizada com arcabuzes e bacamartes), em 13 de janeiro de 1825, diante dos muros do Forte de São Tiago das Cinco Pontas

CAPÍTULO 24

GUERRA DA CISPLATINA

A Guerra da Cisplatina (1825 a 1828) foi um conflito travado pelo Brasil contra a Argentina (na época, Províncias Unidas do Rio da Prata) pelo controle da Cisplatina, atualmente o Uruguai. Essa foi a primeira guerra de que o Brasil independente participou. O resultado do confronto foi desastroso para o Brasil, pois, além de perder o território, teve de enfrentar uma crise econômica.

A região da Cisplatina era um local de atrito desde o período colonial. No ano de 1680, a Coroa Portuguesa fundou cidade de Colônia do Santíssimo Sacramento, que se encontrava teoricamente nos domínios da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. A cidade transformou-se em um dinâmico centro de contrabando anglo-português, onde se negociavam produtos vindos da atual Argentina. Houve a abertura de mercado consumidor de gado, couro e carne salgada nas Minas Gerais, e gado muar posteriormente, que determinaram o desenvolvimento da pecuária na Capitania do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul).

A Espanha invadiu a região quatro vezes no século XVIII. O Tratado de Santo Ildefonso (1777) previu a entrega de Colônia do Sacramento para a Espanha. No entanto, as guerras napoleônicas e o processo de independência da Argentina motivaram Dom João VI a intervir duas vezes:

Em 1811, na Primeira Campanha Cisplatina, as forças portuguesas ajudaram os espanhóis sitiados em Montevidéu a repelir Artigas (militar nascido em Montevidéu e líder local) e os rebelados argentinos, que permaneceram na região com a prática de guerrilhas. Em 1813, Artigas usou a denominação de "Província Oriental" para

Guerra da Cisplatina

A Guerra da Cisplatina (1825 e 1828) foi um conflito travado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da Cisplatina (atual Uruguai).

A+ A-

A **Guerra da Cisplatina** foi um conflito travado pelo Império do Brasil contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pelo controle da Cisplatina, região que atualmente conhecemos como Uruguai. Essa foi a primeira guerra de que o Brasil participou como nação independente e estendeu-se de 1825 a 1828. O resultado do confronto foi desastroso para o Brasil, que, além de perder a Cisplatina, teve de amargar uma intensa crise econômica.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

https://brasilescola.uol.com.br/guerras/guerra-cisplatina.htm

https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%B4nia_do_Sacramento

Dessa forma, a Colônia transformou-se em um dinâmico centro de contrabando anglo-português. A fundação da Colônia e a abertura de mercado consumidor de gado, couro e carne salgada nas Minas Gerais, e gado muar posteriormente, determinaria o desenvolvimento da pecuária na Capitania do Rio Grande de São Pedro.

Texto

- Pequeno
- Padrão
- Grande

Largura

- Padrão
- Largo

Cor (beta)

Traficantes de Escravos - Século XVIII

Colônia do Sacramento, devido ao seu caráter

A Guerra da Cisplatina (1825 a 1828) foi um conflito travado pelo Brasil contra a Argentina (na época, Províncias Unidas do Rio da Prata) pelo controle da Cisplatina, atualmente o Uruguai. Essa foi a primeira guerra de que o Brasil independente participou. O resultado do confronto foi desastroso para o Brasil, pois, além de perder o território, teve de enfrentar uma crise econômica.

A região da Cisplatina era um local de atrito desde o período colonial. No ano de 1680, a Coroa Portuguesa fundou cidade de Colônia do Santíssimo Sacramento, que se encontrava teoricamente nos domínios da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. A cidade transformou-se em um dinâmico centro de contrabando anglo-português, onde se negociavam produtos vindos da atual Argentina. Houve a abertura de mercado consumidor de gado, couro e carne salgada nas Minas Gerais, e gado muar posteriormente, que determinaram o desenvolvimento da pecuária na Capitania do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul).

A Espanha invadiu a região quatro vezes no século XVIII. O Tratado de Santo Ildefonso (1777) previu a entrega de Colônia do Sacramento para a Espanha. No entanto, as guerras napoleônicas e o processo de independência da Argentina motivaram Dom João VI a intervir duas vezes:

Em 1811, na Primeira Campanha Cisplatina, as forças portuguesas ajudaram os espanhóis sitiados em Montevidéu a repelir Artigas (militar nascido em Montevidéu e líder local) e os rebelados argentinos, que permaneceram na região com a prática de guerrilhas. Em 1813, Artigas usou a denominação de "Província Oriental" para

aproximadamente o mesmo território do atual Uruguai, e que era uma parte da região antes referida genericamente como "Banda Oriental" (que também incluía o estado do Rio Grande do Sul), referindo-se a estar situada na margem leste ou oriental do Rio Uruguai. Em 1815 a situação era instável na Argentina (Províncias Unidas):

> As Províncias Unidas em grande desordem política e tendo abandonado a Banda Oriental, com operações militares no norte, sem capacidade de enfrentar Artigas, que estava com toda a força, influindo mesmo em três províncias da União. Buenos Aires procurava um Governo que assumisse quando a União tivesse independência total, o que se aproximava, aceitando um príncipe estrangeiro, até da Casa de Bragança (ou Inca!). (...) Há insinuações históricas de que o Governo de Buenos Aires tenha pedido a invasão à Corte do Rio de Janeiro.

Em 1815, com a restauração dos Bourbons na Espanha, surgiu em Dom João VI o receio da formação de um bloco político espanhol poderoso no rio da Prata, unido e extenso. Então, em 1816 foi enviado ao sul a "Divisão de Voluntários Reais", comandados pelo general Carlos Frederico Lecor, composta por 14 mil soldados, que ocupou Montevidéu em 1817. Mas Artigas prosseguiria sua guerrilha. Só a vitória portuguesa na batalha de Tacuarembó, em 1820, estabeleceria o domínio definitivo luso-brasileiro na região.

A ocupação da Cisplatina por Portugal aumentou a tensão e o desgaste que existiam na região platina, porque o comandante Lecor indispôs-se bastante com a população local, agindo de maneira autoritária. Além disso, o desgaste de Portugal com as Províncias Unidas, sobretudo, com a elite portenha, aumentou consideravelmente.

Por causa da tensão permanente na Cisplatina, iniciou-se uma rebelião, em 1825, organizada por Juan Antonio Lavalleja, conhecida como os "33 Orientales". Nesta rebelião, declararam a separação da Cisplatina do Brasil e a sua vinculação com a Argentina (então Províncias Unidas). Essa atitude de Lavalleja aconteceu porque ele e seus aliados estavam sendo apoiados material e financeiramente pelos portenhos. Os objetivos de cada lado podem ser resumidos da seguinte maneira: Brasil: colocar fim à rebelião na Cisplatina e retomar o controle da região. Uruguai: do movimento liderado por Lavalleja, o objetivo principal era anexar-se às Províncias Unidas, mas havia uruguaios que defendiam a independência. Províncias Unidas: garantir a anexação da Cisplatina ao seu território. Em 10 de dezembro de 1825, o Brasil de Dom Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Cisplatina_(província)

- Em 1815, com a restauração dos Bourbons na Espanha, surgiu em João VI o receio da formação de um bloco político espanhol poderoso no rio da Prata, unido e extenso. E em 1816 enviou ao sul a "Divisão de Voluntários Reais", comandados pelo general Carlos Frederico Lécor, que tomou Maldonado e ocupou Montevidéu em 1817. Mas Artigas prosseguiria sua guerrilha. Só a vitória portuguesa na batalha de Tacuarembó, em 1820, estabeleceria o domínio definitivo luso-brasileiro na região.[4]

A Província Cisplatina, em 1820, estava devastada pela guerra entre caudilhos e desordens, e os campos despovoados de gado. A população estava disposta a aceitar uma solução salvadora e nessas condições se deu a incorporação ao Brasil. Lécor reuniu um Congresso que sancionou a anexação da "Província" ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por Tratado de 31 de julho de 1821.[3][5] A província anexada é referida como "Província Cisplatina" pelos portugueses (prefixo *cis*, do lado de cá — e raiz *platina*, rio da Prata): do mesmo lado do rio da Prata que o Brasil. Tal anexação teve o apoio inicial de próceres da nova província, que, posteriormente, contudo, procurariam a independência da região.

negócios da sua província e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares.[1]
Art. 72 Este direito será exercitado pelas câmaras dos distritos e pelos conselhos, que com o título de - Conselho Geral da Província - se devem estabelecer em cada província, onde não estiver colocada a Capital do Império.[1]

Gravura de Debret mostrando o embarque, na Praia Grande, das tropas que participaram do sítio de Montevidéu, em 1816.

Revolta

O Império do Brasil havia sido criado em 7 de setembro de 1822, proclamado por Pedro I, filho de João VI.

Desde janeiro de 1823, o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata vinha gestionando diplomaticamente, tendo enviado ao Rio de Janeiro uma missão de Valentin Gomes, com instruções de negociar o que chamava a "restituição da Banda Oriental", encontrando repulsa a respeito da separação da Cisplatina do Império do Brasil.

Lavalleja e o *Juramento dos 33 Orientais*.

Em abril de 1825, um grupo liderado por Juan Antonio Lavalleja e conhecido como os 33 Orientales, adentraram em território uruguaio nas imediações de Colônia do Sacramento, dispostos a ativar o movimento de independência ainda latente no interior do país. Seu anseio de liberdade, no entanto, poderia ser bastante relativizado uma vez que estavam atrelados ao apoio financeiro de Buenos Aires para a invasão. Entretanto, o movimento contagiou o campo.

CAPÍTULO 25

ABDICAÇÃO E A GUERRA EM PORTUGAL

SENTINDO-SE bem próximo do fim, Dom João VI criou um Conselho da Regência para governar Portugal "enquanto o legítimo Herdeiro e Sucessor desta coroa não der as suas providências a este respeito" (COSTA, 1995, p. 210). Com a morte de Dom João VI, a sucessão estava aberta para Dom Miguel ou para Dom Pedro I, que iriam guerrear. Inicialmente, porém, era majoritária a posição em favor de Dom Pedro I. Em abril de 1826, o imperador recebeu papéis timbrados que o cientificavam que ele era o legítimo herdeiro da coroa portuguesa. A hipótese de um novo "Reino Unido" não foi bem recebida por muitas figuras no Brasil. Dom Pedro I, após consultar várias pessoas, percebeu que não seria mais possível a união.

Dom Pedro I foi rei de Portugal de 20 de março a 26 de abril de 1826, sob o título de Dom Pedro IV. Neste curso período *sui generis* de união entre Portugal e Brasil ele conseguiu impor uma constituição, a anterior, de 1822, havia sido revogada pelo movimento Vilafrancada. Na Carta Constitucional portuguesa de 1826, Dom Pedro tentou reconciliar absolutistas e liberais, permitindo que ambas as facções obtivessem postos no governo. Tal constituição foi uma cópia modificada da brasileira e conta-se que o Chalaça havia ajudado na redação (GOMES, 2020a, p. 280).

Em meio a tensões, em 1831, Dom Pedro I resolveu fazer uma visita aos liberais de Minas Gerais, mas não foi bem recebido nesta província. Dirigindo-se primeiramente a Ouro Preto, a comitiva imperial foi hostilizada, as portas das casas estavam fechadas

https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2018/10/a-morte-de-d-joao-vi.html

Assustado com a encruzilhada que o destino colocara em seu caminho, o imperador pediu orientação a oito conselheiros. Um deles, frei Antônio de Arrábida, seu fiel confessor e português de nascimento, opinou que não haveria mal algum em assumir as duas coroas, desde que Portugal e Brasil fossem mantidos como reinos autônomos sob a liderança de um mesmo monarca. Os brasileiros, no entanto, foram majoritariamente contrários à proposta. "Todos os argumentos que empregamos em defesa da nossa independência se voltariam contra Vossa Majestade", alertou Felisberto Caldeira Brant, o marquês de Barbacena. Sugeriu que D. Pedro conservasse a coroa portuguesa apenas pelo tempo necessário para garantir a independência das duas nações e colocar alguma ordem na conturbada situação política em Lisboa. Significava confirmar a regência da irmã, Isabel Maria (nomeada por D. João VI nos dias finais de sua agonia), dar anistia aos presos políticos e uma constituição a Portugal, convocar as cortes para referendá-la e abdicar em favor da filha Maria da Glória, então ainda uma criança de sete anos.3

D. Pedro acatou o parecer de Barbacena e deu a notícia na sessão inaugural da primeira legislatura do parlamento brasileiro, em maio de 1826: "Agora conheçam alguns brasileiros incrédulos que o interesse pelo Brasil e o amor por sua independência é tão forte em mim que abdiquei à coroa portuguesa para não comprometer os interesses do Brasil, do qual sou defensor perpétuo." A reação entre os parlamentares foi de entusiasmo. Até mesmo opositores ferrenhos, como o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, futuro ministro do Império, elogiaram o gesto. "Este reconhecimento consolida o sistema brasileiro, enchendo de alegria o coração dos brasileiros", afirmou Vasconcelos, para reafirmar em seguida "as virtudes pelas quais o mundo já dá a Vossa Majestade Imperial o nome de herói do século 19".4

D. Pedro foi rei de Portugal, com o nome de Pedro IV, entre 20 de março e 2 de maio de 1826, data da abdicação em favor da filha Maria da Glória. Na prática, só exerceu seus poderes por uma semana, a partir de 26 de abril, dia em que aceitou oficialmente a coroa que lhe era oferecida pelos papéis que chegavam de Lisboa. Nesses escassos sete dias tomou decisões de grande impacto. A mais importante foi dar aos portugueses uma nova constituição. A anterior, votada pelas cortes de 1822, havia sido revogada em maio do ano seguinte no movimento conhecido como Vilafrancada — insurreição contra os liberais comandada pelo infante D. Miguel na cidade de Vila Franca de Xira, que dissolveu as cortes e devolveu D. João VI à condição de rei absoluto.

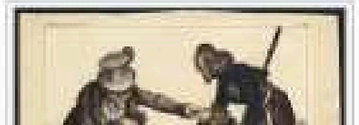
A nova constituição de D. Pedro era uma cópia quase literal da brasileira, outorgada pelo imperador dois anos antes, como mostra um documento hoje guardado no Museu Imperial de Petrópolis. É o projeto da nova carta constitucional portuguesa com as emendas feitas no texto da lei brasileira por ordem do imperador. As anotações, rabiscadas com a letra de Francisco Gomes da Silva, o "Chalaça", amigo e secretário particular de D. Pedro, revelam mudanças cosméticas. Onde estava

Em fevereiro de 1828, Dom Miguel regressou a Portugal para supostamente jurar a Constituição e exercer a regência. Ele foi aclamado rei pelos portugueses e os seus seguidores pressionaram-no para a voltar a reinar baseado nas cortes, no regionalismo e no municipalismo, ou seja, retornar à tradição portuguesa, pelo menos em parte. Dom Miguel, então, dissolveu a Câmara e, em maio, convocou as cortes tradicionais, com a nobreza, o clero e os homens livres, para proclamar o seu acesso ao poder tradicional. As cortes de 1828 cumpriram a vontade de Dom Miguel, coroando-o como Miguel I de Portugal e anulando a Constituição.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Portuguesa_(1832-1834)

Em fevereiro de 1828, D. Miguel regressou a Portugal para jurar a Constituição e exercer a regência. Imediatamente foi nomeado rei pelos portugueses e os seus seguidores mais próximos pressionaram-no a voltar a reinar baseado nas cortes, no regionalismo e no municipalismo. Um mês depois de sua chegada dissolveu a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares. Em maio, convocou as cortes tradicionais, com a nobreza, o clero, e os homens livres, para proclamar o seu acesso ao poder tradicional. As cortes de 1828 cumpriram a vontade de D. Miguel, coroando-o como Miguel I de Portugal e anulando a Constituição.

A Guerra Civil



De início o partido miguelista levou a melhor e a causa pedrista parecia perdida. D. Miguel procurou obter reconhecimento internacional, mas foi apenas reconhecido

chumbo". Em pouco tempo, as ofensas se transformaram em uma enorme e violenta baderna entre portugueses e brasileiros pelas ruas da cidade. Os brasileiros atacavam os lusitanos com garrafas, cacos e pedras.

Do ponto de vista político, esse foi um dos últimos eventos que antecederam a retirada de Dom Pedro I do cenário. Antes disso, o imperador ainda tentou contornar a situação ao promover a eleição de um ministério formado somente por brasileiros. Contudo, a medida acabou não perdurando e novas manifestações contra o imperador o forçaram a abdicar do trono brasileiro.

A Guerra Civil Portuguesa, também conhecida como Guerra Miguelista, Guerras Liberais ou ainda Guerra dos Dois Irmãos, foi um conflito travado em Portugal entre os liberais constitucionalistas, também chamados de "pedristas", liderados pela rainha Dona Maria II de Portugal com o apoio de seu pai, Dom Pedro IV (Dom Pedro I do Brasil) e os absolutistas, também conhecidos como "miguelistas" sob a liderança de Dom Miguel. Lutaram pela sucessão real, e a guerra durou de 1832 a 1834.

Em fevereiro de 1828, Dom Miguel regressou a Portugal para supostamente jurar a Constituição e exercer a regência. Ele foi aclamado rei pelos portugueses e os seus seguidores pressionaram-no para a voltar a reinar baseado nas cortes, no regionalismo e no municipalismo, ou seja, retornar à tradição portuguesa, pelo menos em parte. Dom Miguel, então, dissolveu a Câmara e, em maio, convocou as cortes tradicionais, com a nobreza, o clero e os homens livres, para proclamar o seu acesso ao poder tradicional. As cortes de 1828 cumpriram a vontade de Dom Miguel, coroando-o como Miguel I de Portugal e anulando a Constituição.

Guerra Civil Portuguesa (1832-1834)

Artigo Discussão Ler Edi

Foram assinalados vários problemas nesta página ou se(c)çã

- As fontes **não cobrem todo o texto**.
- Texto necessita de **revisão**, devido a inconsistências e/ou confiabilidade duvidosa.

A **Guerra Civil Portuguesa**, também conhecida como **Guerras Liberais**, **Guerra Miguelista** ou **Guerra dos Dois Irmãos**, foi a guerra civil travada em Portugal entre os liberais constitucionalistas e os tradicionalistas sobre a sucessão real, que durou de 1828 a 1834. Em causa estava a sucessão ao trono português. As partes envolvidas foram o partido constitucionalista progressista liderado pela rainha D. Maria II de Portugal com o apoio de seu pai, D. Pedro IV, e o partido legitimista de D. Miguel. O Reino Unido, a França, a Espanha e a Igreja Católica participaram indiretamente no conflito.

A sucessão de D. João VI

No dia 6 de março de 1826, D. João VI de Portugal, nomeou uma regência presidida por Infanta Isabel Maria de Bragança, que vigoraria, mesmo com a morte do rei, até que o legítimo herdeiro e sucessor da Coroa aparecesse. D. João VI morreu dia 10, quatro dias depois. A sua morte criou uma disputa sobre a sucessão. Aquando do reconhecimento da independência do Brasil (29 de agosto de 1825) o filho mais velho, Pedro, que nessa altura já era Imperador do Brasil, continuava na qualidade de Príncipe Real de Portugal e Algarves, pelo que implicitamente permanecera na linha de sucessão ao trono português como

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Portuguesa_(1832-1834)

século XVIII. No campo das ideias suas manifestações se concentravam em temas que propunham a independência.

Os articuladores se reuniam na sede da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (fundada em 1786), onde se discutiam sobre assuntos que envolviam astronomia, filosofia, religiosidades, artes, dentre outros temas. As reuniões envolviam não somente cariocas, mas também reinóis. Os membros foram influenciados pelo iluminismo, pela Revolução Francesa e pela Independência dos EUA, em suma, pelas "novas ideias" que muito circularam naqueles tempos, e defendiam "liberdade" para o Brasil.

Eles discutiam questões de caráteres profundamente polêmicos para a época, como o direito dinástico, o poder dos monarcas e a centralização do sistema administrativo. Foi por conta dessas questões que se começou a investigar o que acontecia na sociedade literária.

Após denúncia por conduta política suspeita, o vice-rei José Luís de Castro mandou fechar a Sociedade Literária, em 1794, e foi aberto um processo de devassa que se estendeu de 1794 a 1795. Nele, porém, não foram encontradas provas conclusivas de que uma revolta se encontrava em andamento e, desse modo, os acusados que estavam detidos foram libertados.

10.4 Suassunas

Conspiração dos Suassunas, ou dos Suaçunas, foi um projeto de revolta que surgiu em Olinda, em 1801. O motim compõe o cenário de crise que afetava o Brasil daquela época, durante o qual eclodiram levantes de teor emancipatório. Os irmãos Francisco, Luiz e José de Paula Cavalcante de Albuquerque, proprietários de um engenho chamado Suassuna, planejaram um motim secreto pela independência

Conspiração dos Suassunas

[ocultar]

1 língua

Artigo Discussão | Ler Editar Ver histórico Ferramentas

Conspiração dos Suassunas, ou **dos Suaçunas,** foi um projeto de revolta supostamente proposto em Olinda, na então Capitania de Pernambuco, em 1801. O motim compõe o cenário de crise do Antigo Sistema Colonial, durante o qual eclodiram levantes de teor emancipatório. Assim como a Inconfidência Mineira (1789) e a Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), expressou a insatisfação dos colonos frente as políticas deficientes da metrópole Portugal, prenunciando a Independência do Brasil, decretada em 1822.[1]

Os irmãos Francisco, Luiz e José, todos de sobrenome "de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque", proprietários de um engenho chamado Suassuna, planejaram um motim secreto pela independência da capitania de Pernambuco. A descoberta se deu após um amigo dos irmãos, José da Fonseca Silva e Sampaio, denunciar que um deles enviava cartas de Portugal aos outros em Pernambuco, tramando a conspiração.[2]

O movimento se inspirou no discurso libertário e igualitário do Iluminismo e no caráter subversivo e contra hegemônico predominantes tanto na Revolução

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conspira%C3%A7%C3%A3o_dos_Suassunas

Apesar do fracasso de sua execução, a Conjuração dos Suassunas foi uma semente silenciosa do movimento da Revolução Pernambucana de 1817 (a ser vista), porque muitos revoltosos desta última conheciam os irmãos Cavalcante e também porque na de 1817, dois Suassunas seriam punidos: um morto, outro preso. A Inconfidência Mineira, a Baiana, a Fluminense, esta última e a Revolução Pernambucana expressaram a insatisfação de elites locais frente as políticas deficientes de Portugal, também mostraram a capacidade das articulações maçônicas e a força das novas ideias, e não deixaram de ser um ensaio para os eventos de 1822.

Conspiração dos Suassunas, ou **dos Suaçunas,** foi um projeto de revolta supostamente proposto em Olinda, na então Capitania de Pernambuco, em 1801. O motim compõe o cenário de crise do Antigo Sistema Colonial, durante o qual eclodiram levantes de teor emancipatório. Assim como a Inconfidência Mineira (1789) e a Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), expressou a insatisfação dos colonos frente as políticas deficientes da metrópole Portugal, prenunciando a Independência do Brasil, decretada em 1822.[1]

O principal líder da conjuração foi Cipriano Barata, cirurgião, conhecido como médico dos pobres, e revolucionário. Nesse movimento houve grande influência da sociedade maçônica, Cavaleiros da Luz, e do processo de independência do Haiti, ou haitianismo. O haitianismo se tornou o termo que definiria a influência da Revolução Haitiana sobre a ação política de negros, mulatos escravos e livre nos quatro cantos do continente americano (REIS, p. 5 *apud* SAMPAIO, 2016, p. 80).

Segundo Sampaio (2016, p. 80-81): "A admiração dos escravos pelos heróis haitianos se fez notar não apenas na capital o Rio de Janeiro, onde em 1805 os negros desfilavam as ruas com medalhões pendurados sobre o peito com o rosto de Jacques Dessalines o líder que oficializou a independência do Haiti".

Supostamente "popular", a conjuração foi orientada pela loja maçônica "Cavaleiros da Luz", formada pela elite local. Dessa forma, seus membros principais foram Bento de Aragão, professor, Cipriano Barata, médico e jornalista, o padre Agostinho Gomes e o tenente Aguilar Pantoja.

Os revoltosos pregavam a libertação dos escravos, a instauração de um governo igualitário (no qual as pessoas fossem vistas de acordo com a capacidade e merecimento individuais), por meio da instalação de uma república na Bahia. Há de se notar que na loja maçônica "cavaleiros da luz" os membros praticavam um certo

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conjura%C3%A7%C3%A3o_Baiana

Um dos seus principais líderes foi Cipriano Barata, cirurgião conhecido como médico dos pobres e revolucionário de todas as revoluções. Há grande influência da sociedade maçônica (Cavaleiros da Luz) e do processo de independência do Haiti, ou Haitianismo.

Bandeira da Revolta dos Búzios

Os revoltosos pregavam a libertação dos escravos, a instauração de um governo igualitário (no qual as pessoas fossem vistas de acordo com a capacidade e merecimento individuais), por meio da instalação de uma república na Bahia. Defendiam a liberdade de comércio e o aumento dos salários dos soldados. Tais ideias eram divulgadas sobretudo pelos escritos do soldado Luiz Gonzaga das Virgens e pelos panfletos de Cipriano Barata, cirurgião e filósofo.

https://en.wikipedia.org/wiki/Carlota_Joaquina_of_Spain

WIKIPÉDIA EM INGLÊS

8.2 Dom João VI e Carlota Joaquina

Dom João VI nasceu em 1767 e não foi educado para ser rei, pois não era o primogênito, mas seu irmão mais velho, Dom José, faleceu em 1788. Dom João era "deveras inteligente e com certo gosto, até pronunciado, pelas coisas espirituais" e grande apreciador de música (LIMA, 1945, p. 100). Segundo Luccock, "o príncipe regente achou-se colocado em circunstâncias desconhecidas e singularmente penosas e a elas se sujeitou com paciência, agindo, quando se rebelou, com vigor e prontidão" (LIMA, 1945, p. 101). Ele era, diz um comerciante francês, "geralmente querido, tanto era bom e benevolente" (LIMA, 1945, p. 102).

Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, sobre o sogro em cartas dirigidas ao pai dela: "não tenho palavras para elogiar a bondade e a solidariedade de meu sogro em tudo o que me diz respeito (...)" e "Estou frequentemente com o rei, que amo e prezo como um pai (...) é muito benevolente comigo e sempre valorizo tudo que lhe dá alegria e o faz ficar satisfeito comigo" (REZZUTTI, 2020, p. 173).

Em 1785, Dom João casou-se, por procuração, com Carlota Joaquina, irmã do futuro rei Carlos IV da Espanha. A princesa era detestada pela corte portuguesa, onde era chamada de a "Megera de Queluz". Carlota Joaquina também ganhou gradualmente a antipatia do povo, que a acusava de promiscuidade e de influenciar o marido a favor dos interesses da Espanha. Em 1806, Carlota Joaquina "quis dar por demente o marido para assumir o poder com uma alcateia de fidalgos cúpidos" (LIMA, 1945, p. 20).

Depois da transferência da corte portuguesa para o Brasil, Carlota Joaquina continuou a conspirar contra o marido, insistido que ele não tinha capacidade mental para governar, querendo assim estabelecer uma regência. Ambiciosa, almejava também a coroa espanhola, que na época tinha sido usurpada por José Bonaparte. Ela odiava o Brasil e era impopular, o inglês Beckford disse a seu respeito: "suas incessantes intrigas de todos os matizes, seus caprichos extravagantes, seus atos desumanos de crueldade" (BUENO, 2003, p. 144).

Carlota Joaquina teve papel de relevante nas negociações políticas entre as duas monarquias ibéricas, no contexto da crise entre as duas coroas (1798) e destacou-se como protagonista nas negociações da paz. Na ocasião, trocou várias correspondências com o pai, rei da Espanha, até conseguir assinar um tratado de neutralidade com a Espanha e França. (AZEVEDO, 1998, p. 2). Depois de um tempo, o casal passou a viver separado, tendo cada um sua própria corte.

Detestada pela corte portuguesa —onde era chamada de "a Megera de Queluz" (Português: *uma Megera de Queluz*)— Carlota Joaquina aos poucos foi sofrendo a antipatia do povo, que a acusava de promiscuidade e de influenciar o marido em favor dos interesses da coroa espanhola. Depois do fuga da corte portuguesa para o Brasil, ela começou a conspirar contra o marido, alegando que ele não tinha capacidade mental para governar Portugal e suas possessões, querendo assim estabelecer uma regência. Ela também planejou usurpar a coroa espanhola que estava nas mãos de Napoleãoirmão de 's, José Bonaparte. Após o casamento de seu filho em 1817 Pedro com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria e o posterior regresso da família real a Portugal em 1821, Carlota Joaquina apoiou o seu filho Miguel nas suas intrigas para ganhar o trono, mas a sua relação deteriorou-se e ela acabou por ficar confinada no Palácio Real de Queluz, onde morreu sozinha e

7.8 Artes

A Arte Colonial Brasileira se expressou especialmente pela escultura, desenho, pintura e arquitetura que eram utilizados, sobretudo na construção e ornamentação de igrejas, conventos e mosteiros. A igreja Católica que foi uma grande financiadora da arte na Europa e também investiu no Brasil. Na arquitetura, o barroco utiliza os motivos derivados da arquitetura clássica, mas os combina de maneira dinâmica, buscando criar efeitos ilusionistas e cenográficos em fachadas e interiores.

> O estudo da arquitetura e da arte coloniais brasileiras não pode ser considerado criteriosamente em isolamento, separado da pátria-mãe. Tão estreito era o relacionamento que, antes da independência (1822), deve-se considerar o Brasil, do ponto de vista da história da arte, parte de Portugal tanto quanto, por exemplo, o Minho (BETHELL, 2012, p. 703).

https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/arte-colonial-brasileira/

A Arte Colonial Brasileira se expressou especialmente pela escultura, desenho, pintura e arquitetura que eram utilizados, sobretudo na construção e ornamentação de igrejas, conventos e mosteiros. Por meios de desenhos e pinturas desse período é possível conhecer o cotidiano do país que estava sendo transformado. A igreja católica que foi uma grande financiadora da arte na Europa, também, investiu no Brasil trazendo para cá os Jesuítas responsáveis pela

"(...) o plano completo dos estudos da Companhia devia abranger o curso de letras humanas, o de filosofia e ciências e o de teologia e ciências sagradas. Desses três cursos, que nos maiores estabelecimentos europeus da Companhia se completavam com um biênio de especialização, reservado à preparação de lentes das universidades, o primeiro, o de letras humanas, dividido em três classes (gramática, humanidades e retórica), destinava-se a formar o homem *in litteris humanioribus*, ministrando-lhe um ensino eminentemente literário de base clássica, e constituía por isso mesmo, como curso de humanidades, o verdadeiro alicerce de toda essa estrutura, solidamente montada, do ensino jesuítico. Foi este, – o das letras humanas, o curso que mais se propagou na colônia, nos colégios de padres" (Azevedo, 1963, p. 519 *apud* CASTANHO, ?, p. 7-8).

Embora não seja reconhecido oficialmente, o Colégio dos Jesuítas da Bahia (fundado em 1551 pelo padre Manuel da Nóbrega) foi, na realidade, a primeira universidade do Brasil. O Colégio seguia os estatutos da Universidade de Évora e tinha as mesmas cerimônias. Havia sete classes de estudos: gramática, latim, retórica, filosofia, teologia moral e matemática. O excelente nível dessa instituição é provado pelo fato de que ela formou o padre Antonio Vieira. Também estudaram nela Gregório de Matos e Frei Vicente do Salvador. De acordo com Alberto Silva (*apud* Santos, 2000, p. 27):

> O Colégio do Terreiro foi bem uma Universidade, dotada de características básicas para a época: âmbito universitário, estudo de humanidades, particularmente de Letras Clássicas, de Filosofia, de Ciências Naturais, de Matemática, de História, de Geografia; cerimônias escolares faustosas, graduações acadêmicas expressivas, anel simbólico, livro de juramento, capelo azul e quatro faculdades superiores.

No final do século XVII também apareceram outras instituições similares às universidades, na área da engenharia. Em 1696 e 1698 foram fundadas as "Aulas de Fortificação e Arquitetura Militar", em Salvador e Rio de Janeiro respectivamente. Cuidou-se de escolas de engenharia militar, onde eram lecionados temas como matemática e fortificação. Depois formam também fundadas escolas similares em Pernambuco e no Maranhão.

As pessoas de posse enviavam os seus filhos para estudar na Europa. É interessante este relato de Saint-Hilaire:

Guia Geográfico

História da Bahia

Primeira Universidade do Brasil

◄ História da Bahia

Por Jonildo Bacelar

Embora não reconhecida oficialmente, na época, a primeira universidade do Brasil foram meritoriamente os Estudos Gerais do **Colégio dos Jesuítas da Bahia**.

No final do século 17, funcionava, em Salvador, duas instituições de ensino superior. O Colégio dos Jesuítas, para a formação de sacerdotes e bacharéis em Artes, e a Aula de Fortificação e Artilharia, para a formação de engenheiros militares.

Os Gerais do Colégio dos Jesuítas seguiam os estatutos da **Universidade de Évora**, a segunda universidade fundada em Portugal (1559), depois da de Coimbra.

A Universidade de Évora também era dos **jesuítas**. As principais matérias ensinadas eram Filosofia, Moral, Escritura, Teologia, Retórica, Gramática e Humanidades. Não tinha autorização para ministrar nem Medicina, nem Direito. A Universidade foi fechada em 1759, com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses.

Segundo **Luís dos Santos Vilhena**, professor de grego, em Salvador, de 1787 a 1799, havia nos Gerais do Colégio da Bahia sete classes: Gramática Portuguesa, duas de Latim, Retórica, Matemática, Filosofia e Teologia Moral.

Em seu Prospecto da Cidade do Salvador, de 1758, o engenheiro baiano José Antonio Caldas, localizou os **Estudos Gerais da Companhia** em prédios na atual Praça da Sé. Caldas estudou em Salvador antes da expulsão dos jesuítas, na que foi provavelmente a primeira escola regular de engenharia do Brasil, que funcionou no Forte de São Pedro, onde também foi professor.

As universidades modernas ocidentais têm origem nas escolas medievais conhecidas como *studia generalia* (estudos gerais ou universais, de onde deriva o termo universidade). Em Portugal eram os *Estudos Gerais* (a Universidade de Coimbra foi fundada, em 1290, como Estudo Geral). Inicialmente, era um esforço para dotar monges com conhecimentos que iam além dos da religião católica.

Existem hoje no mundo muitas disputas entre comunidades e instituições, buscando o reconhecimento dessa ou daquela escola como sendo uma antiga universidade ou a primeira delas. A questão não é simples, pois as antigas universidades pouco se pareciam com as atuais e certamente não seriam classificadas como tal, pelos os critérios de hoje.

A primeira universidade americana foi a *Universidad de Santo Domingo*, na República Dominicana. Tratou-se da elevação do *Estudio General*, fundado naquela Cidade, em 1518, à condição de universidade, pelo Papa Paulo III, mediante a *Bula In*

Ampliar

O magnífico complexo arquitetônico dos jesuítas, no **Terreiro d Jesus**, em fotografia de Victor Frond, em 1858, cerca de cem a depois da expulsão da Ordem do Brasil. A antiga igreja dos jes foi consagrada como **Catedral**, devido aos problemas estrutura antiga Sé. As instalações do Colégio, à direita, tornaram-se hos militar e, em 1808, **Faculdade de Medicina**. O Pátio dos Estud Gerais, que se localizava à esquerda da Catedral (atual Praça foi demolido em 1801, já em ruínas.

Foto: Eduardo Esperança

Pátio da Universidade de Évora, no Alentejo. Foi a universidade jesuítas, em Portugal, de 1559 até 1759, quando a Ordem foi b do Império.

https://www.historia-brasil.com/bahia/primeira-universidade.htm

Apesar da encarniçada defesa, as tropas portuguesas tomaram o quartel onde se reunia o batalhão 1º da Infantaria.

Foi no contexto dos combates próximos à Mouraria que houve a invasão do Convento da Lapa. Os soldados lutando ao lado de Madeira foram impedidos na entrada da clausura pela Sóror Joana Angélica, abadessa do Convento, cujo regulamento impedia o contato das freiras Concepcionistas com homens. Ao forçar a entrada, os soldados atingiram Joana Angélica e o capelão, Padre Daniel da Silva Lisboa.

Os marinheiros portugueses festejaram a vitória, tendo atacado casas, pessoas e invadido o Convento da Lapa, onde haviam se refugiado alguns revoltosos, vindo a assassinar a sua abadessa, Sóror Joana Angélica[2].

Restava tomar o Forte de São Pedro. Madeira de Melo preparou-se para bombardear a fortificação, que era uma das poucas inteiramente em terra, no centro da cidade. No cerco, o forte foi atacado nos lados do Garcia. No dia seguinte rendeu-se, evitando o derramamento de sangue. O brigadeiro Manuel Pedro foi preso e enviado a Lisboa.

No poder, o "Partido Português" atemorizava os brasileiros. A 2 de março de 1822, Madeira de Melo finalmente prestou juramento perante a Câmara de Vereadores. Em novembro de 1822, os partidários "brasileiros" reuniram-se na cidade de Maragojipe e decidiram que todos ficariam do lado de Dom Pedro e contra a coroa portuguesa. Batalhões foram formados às presas para lutar, o mais famoso deles foi o "Voluntários do Príncipe" que ficou conhecido como "Batalhão dos Periquitos", por causa da cor usada. Miguel Calmon foi o líder que comandou a resistência.

O General Pedro Labatut reforçou as tropas que sitiavam a capital baiana com a Brigada do Major (depois coronel) José de Barros Falcão de Lacerda, composta por 1.300 soldados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que repeliu três ataques portugueses, ocasionando 80 mortes e deixando outros 80 feridos. Labatut tentou um assalto a Salvador, mas teve de desistir por ter sido interceptado por naus lusitanas e foi desembarcar nas Alagoas, de lá passou por Pernambuco e conseguiu arregimentar mais homens para a luta.

Ao chegar à Bahia, Labatut estabeleceu o quartel-general na localidade de Engenheiro Novo e deu um ultimato a Madeira de Melo: "General, (...) um tiro

[2] Há duas versões sobre a morte da freira, uma versão portuguesa diz que os lusitanos invadiram o convento porque de lá vinham tiros, a versão brasileira afirma que os portugueses simplesmente invadiram o local (haviam invadido outros locais também) e mataram a freira após esta lhes fazer resistência.

Batlhazar da Silva, ordenaram aos soldados que permanecessem imóveis, mas, ante a situação que se apresentava, o Alferes Pedro Jacome e o Tenente Jozé Joaquim Leite realizaram disparos contra a Legião, numa tentativa de resistência[1073]. Não tendo muito sucesso, os revoltosos saíram pelas janelas do quartel, e se dirigiram para as roças do Tororó e para o Forte de São Pedro.

Foi no contexto dos combates próximos à Mouraria que houve a invasão do Convento da Lapa. Os soldados lutando ao lado de Madeira foram impedidos na entrada da clausura pela Sóror Joana Angélica, abadessa do Convento, cujo regulamento impedia o contato das freiras Concepcionistas com homens. Ao forçar a entrada, os soldados atingiram Joana Angélica e o capelão, Padre Daniel da Silva Lisboa.

Há diferentes versões sobre a hora em que ocorreu essa invasão, se no início ou no final da manhã de 19 de fevereiro[1074]. Independentemente do momento exato do combate, Joana Angélica morreu no dia seguinte, 20 de fevereiro, em razão dos ferimentos. Seria transformada em "mártir" no imaginário baiano sobre a Guerra da Independência. Segundo a versão de autores brasileiros, os soldados portugueses encontravam-se muitos embriagados, e "davam-se a excessos: casas particulares atacadas, insultos a brasileiros e seus familiares"[1075]. Madeira é mais comedido, mas ainda assim, reconheceu que houve excessos contra particulares e contra o Convento da

[1072] Conforme o relato de Madeira (1822, p. 211), na ordem do dia de 25 de março de 1822.
[1073] Dias Tavares, 1977, p. 43.
[1074] Há diferentes testemunhos, como aponta Dias Tavares, 1977, p. 43
[1075] Humberto Pelegrino, 1980, p. 288.

Marcelo Andrade cita esta tese de doutorado em alguns parágrafos anteriores.

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20238/3/2015_H%C3%A9lioFranchiniNeto.pdf